



RELATÓRIO DE COLETA DE DADOS

PESQUISA
TIC GOVERNO
ELETRÔNICO
2021

Relatório de Coleta de Dados TIC Governo Eletrônico 2021

O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), por meio do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (Cetic.br), departamento do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br), apresenta o relatório de coleta de dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2021. O objetivo do relatório é informar características específicas da edição de 2021 do estudo, contemplando eventuais alterações realizadas nos instrumentos de coleta, a alocação da amostra implementada no ano e as taxas de resposta verificadas.

A apresentação completa da metodologia da pesquisa, incluindo os objetivos, os principais conceitos e as características do plano amostral empregado, está descrita no “Relatório Metodológico”.

Alocação da amostra

ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS

A alocação da amostra de órgãos públicos federais e estaduais é apresentada na Tabela 1.

TABELA 1

ALOCÇÃO DA AMOSTRA SEGUNDO ESTRATOS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Alocação da amostra nos órgãos públicos federais e estaduais	Amostra prevista
Censo da esfera federal e dos poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público Estadual	266
Censo das secretarias estaduais de Educação, Saúde, Fazenda/Finanças e Defensorias Públicas	108
Amostra Executivo Estadual – Norte e Centro-Oeste (Administração direta)	71

CONTINUA ►

► CONCLUSÃO

Amostra Executivo Estadual – Norte e Centro-Oeste (Administração indireta)	69
Amostra Executivo Estadual – Nordeste e Sudeste (Administração direta)	92
Amostra Executivo Estadual – Nordeste e Sudeste (Administração indireta)	115
Amostra Executivo Estadual – Sul (Administração direta)	31
Amostra Executivo Estadual – Sul (Administração indireta)	21
Total	773

PREFEITURAS

A pesquisa considera 5.569 municípios para a realização do censo das prefeituras. A capital Brasília foi excluída do estudo, pois é uma região administrativa do Distrito Federal e tem uma característica singular em sua administração. A distribuição das prefeituras segundo grandes regiões e porte dos municípios é apresentada na Tabela 2.

TABELA 2

DISTRIBUIÇÃO DE PREFEITURAS SEGUNDO REGIÃO E PORTE DO MUNICÍPIO

Prefeituras		Número de municípios
Região	Norte	450
	Nordeste	1 794
	Sudeste	1 668
	Sul	1 191
	Centro-Oeste	466
Porte	Até 10 mil habitantes	2 451
	Mais de 10 mil até 100 mil habitantes	2 793
	Mais de 100 mil até 500 mil habitantes	277
	Mais de 500 mil habitantes	48
Total		5 569

Instrumento de coleta**ENTREVISTAS COGNITIVAS**

As entrevistas cognitivas da TIC Governo Eletrônico 2021 foram realizadas entre 28 de junho e 5 de julho de 2021, em oito órgãos do Executivo estadual e oito prefeituras de todas as regiões do país. Para órgãos públicos estaduais, foram

avaliadas principalmente a inclusão de questões relacionadas à adoção de novas tecnologias, como Inteligência Artificial (IA) e *Big Data*, e a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Entre as prefeituras, além de questões voltadas à LGPD, foram testadas perguntas sobre a adoção das tecnologias durante a pandemia. Os resultados das entrevistas cognitivas foram utilizados para a inclusão de novas perguntas na pesquisa e para a revisão de questões existentes.

PRÉ-TESTES

O questionário estruturado da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2021 foi submetido a um pré-teste com o objetivo de verificar a abordagem aos órgãos públicos federais e estaduais e prefeituras e o recrutamento dos entrevistados, bem como compreender o fluxo de respostas, o tempo de aplicação do questionário e a adequação do instrumento de coleta. Os pré-testes foram realizados entre os dias 4 e 16 de agosto de 2021, por telefone, com 15 órgãos públicos de entidades do Poder Executivo estadual e municipal, em dez estados, e incluiu todas as regiões do país.

ALTERAÇÕES NOS INSTRUMENTOS DE COLETA

Em relação ao questionário da edição anterior da pesquisa, foram realizadas inclusões de novas questões e alterações ou exclusões naquelas já existentes, tanto em enunciados quanto em itens de resposta, com o objetivo de aprimorar a compreensão das perguntas e ampliar os temas abordados pela pesquisa.

Órgãos públicos federais e estaduais

Nesta edição do estudo, no módulo referente à gestão das tecnologias de informação e comunicação (TIC) nos órgãos públicos federais e estaduais, foram retiradas do instrumento de coleta questões sobre a quantidade de pessoas que trabalham na área de tecnologia da informação (TI) e sobre o tipo de vínculo empregatício. Ambas as questões eram aplicadas apenas aos órgãos públicos federais e estaduais que contam com alguma área ou departamento de TI, informática, sistemas ou redes.

No mesmo módulo, também foram excluídas questões relacionadas ao andamento e ao monitoramento de ações previstas em documentos formalmente instituídos sobre gestão de TI, além do indicador sobre contratação de serviços de consultoria em TI no período de referência de 12 meses. Também foi revisado um exemplo no item sobre tipo de fornecedor de serviços de computação em nuvem contratado pelos órgãos, substituindo o exemplo “outros” por “fornecido por outros tipos de fornecedores”, além da simplificação do item “serviço de hospedagem” para “hospedagem”, na questão relacionada aos serviços prestados por equipe própria do órgão, por uma organização pública de TI ou por empresa privada terceirizada.

Ainda no módulo sobre gestão das TIC, foi incluído mais um item de resposta referente a fontes de dados utilizadas nas análises de *Big Data* por órgãos públicos (“dados obtidos a partir de bases de dados governamentais”) e excluída a questão relacionada aos responsáveis pelas análises de *Big Data*. Também foi incluída uma questão sobre os motivos para os órgãos públicos federais e estaduais não terem realizado análises de *Big Data* no período de referência de 12 meses.

Em relação ao uso de novas tecnologias por órgãos públicos federais e estaduais, foram incluídas questões sobre uso de *blockchain*, Internet das Coisas (IoT) e tecnologias de IA no período de referência de 12 meses. Como complemento à questão de uso de tecnologias de IA por órgãos públicos no período de 12 meses anteriores à pesquisa, foram incluídas mais duas questões: a primeira investiga quais tipos de tecnologias de IA foram utilizadas, e a segunda investiga os motivos pelos quais os órgãos públicos federais e estaduais não utilizaram essas tecnologias. Essas novas perguntas substituíram os indicadores referentes a uso, tipo e desenvolvimento de *software* pelos órgãos públicos, que foram excluídas desta edição do estudo.

Foi realizado ajuste em um item da questão de práticas de segurança da informação, que passou a ser “utiliza certificados digitais ICP-Brasil” em vez de “gera certificados digitais para transações ou pagamentos”. Já a questão que investigava se o órgão público realizou o pregão eletrônico no período de referência de 12 meses, foi excluída do instrumento de coleta.

Foram adicionadas ainda quatro questões com o propósito de investigar a implementação de medidas pertinentes à LGPD nos órgãos públicos federais e estaduais. Para tanto, foram incluídas perguntas quanto a existência de área ou pessoa responsável por procedimentos e políticas para coleta, armazenamento e uso de dados pessoais ou pela implementação das diretrizes da LGPD, da posição da área responsável pelo projeto de implementação LGPD dentro da estrutura do órgão público, e a oferta de capacitação, curso ou treinamento pelo órgão público sobre a LGPD para seus funcionários de TI. Também foi criada uma questão sobre algumas ações relacionadas aos procedimentos e às normas relativas à LGPD no órgão público, como a nomeação de encarregado pelo tratamento de dados pessoais ou *Data Protection Officer* (DPO).

Nos módulos sobre serviços públicos nos meios digitais e disponibilização de informações na Internet, foram excluídas as questões sobre a presença do órgão público na Internet por meio de *websites* ou páginas de terceiros e sobre disponibilização, no *website*, de informações acerca da estrutura organizacional do órgão público, como endereços, telefones e horários de atendimento ao público.

Já no módulo sobre comunicação e participação pela Internet, foi excluída a questão que investiga a existência de área ou pessoa responsável pelo relacionamento com os cidadãos nas redes sociais e terceirização desse serviço, além da questão sobre a existência de manual ou guia para publicação de conteúdos em redes sociais. Também foram retiradas do questionário perguntas a respeito da frequência das postagens ou atualização de conteúdo no perfil ou conta nas redes sociais dos órgãos públicos e sobre as plataformas utilizadas para a participação do cidadão pela Internet.

Ainda no módulo de comunicação e participação pela Internet, houve a substituição da pergunta sobre a disponibilização de ouvidoria *online* no *website* do órgão público, passando este a ser um tópico da pergunta acerca de itens disponíveis ao cidadão por meio do *website* do órgão. Foi incluído um item sobre realização de *lives* ou transmissão de evento em tempo real no *website* do órgão público no período de referência de 12 meses e excluído outro relacionado à presença de ferramenta de busca nos conteúdos do *website*. Foi excluído um dos itens de resposta sobre as atividades realizadas nas redes sociais do órgão público (“postar notícias sobre o órgão público ou temas relacionados

à área de atuação do órgão”) e adicionado outro item a respeito da realização de *lives* ou transmissões *online* em tempo real de eventos como sessões, palestras e reuniões pelas redes sociais.

Por fim, foram incluídas questões específicas para as secretarias estaduais de saúde e de educação relativas à pandemia COVID-19. Para as secretarias estaduais de saúde, foram incluídas perguntas sobre a disponibilização de informações ou serviços relacionados à pandemia para os cidadãos acessarem via aplicativo e as funcionalidades oferecidas por esses aplicativos. Também foi incluída questão sobre o uso de informações de geolocalização, GPS ou *Bluetooth* dos usuários dos aplicativos para monitoramento da COVID-19.

Foram adicionadas ainda perguntas sobre serviços oferecidos no *website* ou nos perfis das redes sociais das secretarias estaduais de saúde relativos à COVID-19. Além disso, foi incluída pergunta a respeito da possibilidade de cadastro prévio ou agendamento para a vacinação contra a COVID-19 no estado por algum *website*.

Já para as secretarias estaduais de educação foi incluída pergunta relacionada à disponibilização de recursos, como aulas por rádio ou televisão e plataforma ou aplicativo para ensino remoto, para professores e alunos da rede estadual de ensino durante a pandemia.

Prefeituras

No questionário de prefeituras desta edição, assim como realizado no de órgãos públicos federais e estaduais, foram retiradas questões sobre a quantidade de pessoas que trabalham na área de TI e seu vínculo empregatício. Ambas as questões eram aplicadas apenas às prefeituras que tinham alguma área ou departamento de tecnologia da informação, informática, sistemas ou redes. Também foram excluídas questões referentes ao andamento e ao monitoramento de ações previstas em documentos formalmente instituídos sobre gestão de TI.

Na questão sobre serviços prestados por equipe própria do órgão, por uma organização pública de TI ou por empresa privada terceirizada no período de referência de 12 meses, foi simplificado o item “serviço de hospedagem” para “hospedagem” e excluída a questão que investigava se a prefeitura contratou serviços de consultoria de TI no mesmo período de referência.

Foi realizado ajuste em um item da questão referente a práticas de segurança da informação, que passou a ser “utiliza certificados digitais ICP-Brasil” em vez de “gera certificados digitais para transações ou pagamentos”. Também foram incluídas quatro questões com o propósito de investigar a implementação e da LGPD e a adequação às suas disposições, assim como foi feito no questionário de órgãos estaduais e federais.

Nos módulos sobre serviços públicos nos meios digitais e disponibilização de informações na Internet, foram excluídas questões que investigavam a presença *online* das prefeituras em *website* ou páginas de terceiros e as informações institucionais da prefeitura disponibilizadas em seu *website*. Foi adicionado um item sobre a realização de *lives* ou transmissões de eventos em tempo real no *website* da prefeitura no período de referência de 12 meses e foi excluído outro sobre a presença de ferramenta de busca.

Com relação ao módulo de comunicação e participação na Internet, foram retiradas as questões de existência de manual ou guia para publicação de conteúdos em redes sociais, além da pergunta que investiga a existência de área ou pessoa responsável pelo relacionamento com os cidadãos nas redes sociais e a terceirização desse serviço.

Também foi retirada do instrumento de coleta a questão sobre a frequência das postagens ou atualização de conteúdo no perfil ou conta nas redes sociais da prefeitura e plataformas utilizadas para participação *online* do cidadão. Foi excluída, ainda, pergunta sobre a disponibilização de ouvidoria *online* no *website* da prefeitura, passando a ser item de resposta da questão acerca das formas de contato disponíveis no *website* da prefeitura. Foram incluídos itens a respeito da realização de *lives* ou transmissões *online* em tempo real de eventos como sessões, palestras e reuniões, e sobre atendimento automatizado com assistente virtual ou *chatbots* na questão que investiga as atividades realizadas pela prefeitura nas redes sociais *online* das quais participa.

No módulo sobre uso das TIC na gestão urbana, houve apenas um ajuste em item da questão que investiga o que o centro de operações monitora, passando a ser “outros setores ou áreas” em vez de apenas “outros”.

Por fim, foram incluídas questões específicas relativas à pandemia COVID-19, aplicadas a todas as prefeituras. Uma delas é a questão referente à disponibilização de informações relacionadas à pandemia para os cidadãos acessarem no *website* ou em perfis em redes sociais da prefeitura, como informações sobre ocorrências da COVID-19, gastos e contratações emergenciais para combater a doença e dados sobre leitos hospitalares e vacinação contra a COVID-19 no município. Além disso, foi incluída questão que investiga se a prefeitura disponibilizou, por meio de algum *website*, a possibilidade de cadastro prévio ou agendamento para a vacinação contra a COVID-19 no município.

Foram incluídas perguntas específicas sobre a disponibilização de informações ou serviços relacionados à pandemia para os cidadãos acessarem via aplicativo. Sobre o uso de aplicativos nesse contexto, foram adicionadas questões que investigam as funcionalidades oferecidas e o uso de informações de geolocalização, GPS ou *Bluetooth* dos usuários dos aplicativos para monitoramento da COVID-19.

Também foi incluída pergunta a respeito de disponibilização de recursos pela prefeitura aos alunos e professores da rede municipal de ensino para a realização de aulas ou atividades remotas durante a pandemia, como aulas por rádio ou televisão, plataforma ou aplicativo para ensino remoto e *notebook*, *tablet*, celular, pacote de dados, *chips* ou outros subsídios para conexão à Internet.

TREINAMENTO DE CAMPO

As entrevistas foram realizadas por uma equipe de profissionais treinados e supervisionados. Esses entrevistadores passam por treinamento básico de pesquisa, treinamento organizacional, treinamento contínuo de aprimoramento e treinamento de reciclagem. Além disso, houve um treinamento específico para a pesquisa TIC Governo Eletrônico 2021, que abarcou a abordagem ao público respondente, o instrumento de coleta, os procedimentos e as ocorrências de campo.

A equipe do projeto também teve acesso ao manual de instruções da pesquisa, que continha a descrição de todos os procedimentos necessários para a realização da coleta de dados e o detalhamento dos objetivos e da metodologia da pesquisa para garantir a padronização e a qualidade do trabalho. Ao todo, trabalharam na coleta de dados 19 entrevistadores e dois supervisores.

Coleta de dados em campo

MÉTODO DE COLETA

Os órgãos públicos são contatados por entrevista com questionário estruturado com base na técnica de entrevista telefônica assistida por computador (em inglês, *computer-assisted telephone interviewing* – CATI). As entrevistas para aplicação dos questionários tiveram duração aproximada de 59 minutos para órgãos públicos federais e estaduais e de 40 minutos para prefeituras.

Devido às diferentes dimensões de pesquisa e à complexidade das organizações do setor público, nos órgãos federais e estaduais são buscados até dois entrevistados para responder ao questionário, sendo a primeira entrevista reservada aos gestores responsáveis pela área ou departamento de tecnologia da informação da entidade selecionada; e a segunda voltada aos gestores responsáveis pelos conteúdos digitais. Esse mesmo procedimento de coleta, com até dois respondentes, é adotado nas prefeituras de capitais e de municípios com mais de 500 mil habitantes.

Primeiro, são entrevistados os profissionais de nível gerencial que declaram apresentar conhecimentos sobre a área de tecnologia de informação na totalidade do órgão público ou da prefeitura, tais como diretores ou gestores ou outra pessoa indicada por eles. Eles respondem questões relacionadas à infraestrutura, ao uso e à gestão das TIC no órgão público selecionado. Além disso, esse entrevistado também indica o segundo respondente da pesquisa naquele órgão público ou prefeitura, caso esteja apto para isso.

O segundo respondente dos órgãos públicos federais e estaduais e das prefeituras de capitais ou municípios com mais de 500 mil habitantes é o gestor responsável pelos conteúdos digitais do órgão público selecionado ou a pessoa indicada por ele. Conteúdos digitais são aqueles preparados para estarem disponíveis *online*, em algum portal ou *website*. Para esse respondente, foram realizadas questões sobre o uso das TIC para a prestação de serviços públicos, o acesso à informação pública e a participação e a comunicação da sociedade com o setor público. Para abordar o segundo respondente, existem três possibilidades:

- o responsável pela área ou departamento de TI também é responsável pelos conteúdos digitais: nessa situação, apenas esse gestor responde ao questionário da pesquisa;
- o responsável pela área ou departamento de TI declara que conhece a área de conteúdos digitais: o gestor de TI responde apenas uma parte do questionário, e a segunda parte é respondida pelo responsável pela área de conteúdos digitais;

- o responsável pela área ou departamento de TI declara que não sabe se existe uma área de conteúdos digitais ou que não há essa área no órgão público selecionado: nesse caso, apenas o gestor de TI responde ao questionário.

No caso dos demais municípios, que não são capitais ou têm população inferior a 500 mil habitantes, apenas uma entrevista é realizada com gestores responsáveis pela área ou departamento de tecnologia da prefeitura selecionada. Estes respondem questões sobre todos os módulos da pesquisa.

Cabe destacar que, quando não existe área ou departamento de tecnologia da informação ou o seu responsável não é encontrado, é aceita como respondente da pesquisa a pessoa que: a) é da área administrativa ou gerencial responsável pela gestão ou contratação dos serviços de TI no órgão público selecionado; ou b) declara conhecer a gestão e a contratação de TI no órgão público selecionado como um todo. Os respondentes são funcionários do órgão público ou da prefeitura (concursado permanente ou temporário ou cargo comissionado) ou prestador de serviços por meio de empresa pública, autarquia, fundação, sociedade de economia mista ou outro departamento governamental que não seja o do órgão público ou prefeitura selecionados. Não são entrevistados funcionários de empresas terceirizadas.

DATA DE COLETA

A coleta de dados da pesquisa TIC Governo Eletrônico 2021 ocorreu entre agosto de 2021 e abril de 2022.

PROCEDIMENTOS E CONTROLE DE CAMPO

Antes do início da coleta de dados, foi realizado um procedimento de limpeza e verificação dos números de telefone que seriam utilizados para contatar os órgãos públicos federais e estaduais e as prefeituras. Tentou-se contato telefônico com todas as unidades selecionadas na amostra e as da abordagem censitária e, sempre que havia algum telefone incorreto ou desatualizado, buscou-se um novo número de contato.

De forma concomitante à coleta de dados, uma equipe de pesquisadores ficou dedicada ao trabalho de busca ativa de contatos para os casos nos quais não foi possível conseguir essa informação nas prefeituras e nos órgãos federais e estaduais a partir dos telefones que constavam nas listagens. Para esse trabalho, foram adotados procedimentos de busca na Internet e confirmação de números de telefone com base em informações presentes no cadastro sobre as organizações públicas de interesse. Essa etapa incluiu ações como buscas em *websites* oficiais das prefeituras e órgãos federais e estaduais; buscas em outras páginas oficiais dos governos federal, estadual e municipal, para aquelas organizações que não possuíam *websites* próprios; busca de telefones alternativos junto a estabelecimentos comerciais geograficamente próximos às prefeituras e órgãos públicos de interesse; e buscas em redes sociais como Facebook, Instagram e LinkedIn por meio dos nomes das prefeituras e órgãos públicos federais e estaduais.

Sempre que um novo contato era localizado, o pesquisador verificava e confirmava se o número de fato estava em funcionamento e se era da prefeitura ou do órgão público presente na listagem da pesquisa. Todo o processo de busca e confirmação do novo contato foi registrado pela equipe, incluindo as fontes utilizadas para encontrar o novo telefone confirmado – por exemplo, o *website* por meio do qual a informação foi confirmada. Nos casos de novos contatos encontrados e confirmados, eles foram prontamente atualizados na listagem usada para tentativas de realização de entrevistas. Nos casos em que os únicos números encontrados durante o processo de busca ativa eram telefones que só aceitavam contato via redes de mensagem instantânea, como WhatsApp, foram realizadas tentativas de obtenção de telefones válidos por esse meio, utilizando uma conta de WhatsApp comercial do instituto de pesquisa responsável pela coleta de dados da pesquisa.

Diversas ações foram realizadas a fim de garantir a maior padronização possível na forma de coleta de dados. Assim, é definido um sistema de controle de ocorrências que permite a identificação e o tratamento diferenciado de algumas situações na coleta de dados, bem como a ajuda a controlar o esforço realizado para obtenção das entrevistas. As ocorrências observadas durante a coleta de dados e o número de casos no final dessa etapa estão na Tabela 3.

TABELA 3
OCORRÊNCIAS DE CAMPO

Ocorrências	Órgãos públicos federais e estaduais		Prefeituras	
	Número de casos	Percentual	Número de casos	Percentual
Realizada	580	75%	3 543	64%
Agendamento	7	1%	67	1%
Retorno	134	17%	1 748	31%
Telefone errado	7	1%	1	0%
Telefone não atende	1	0%	12	0%
Telefone não existe	-	-	-	-
Telefone ocupado	-	-	-	-
Mensagem de telefone fora de área / desligado	-	-	-	-
Telefone não completa a ligação	-	-	4	0%
Secretária eletrônica / caixa postal	-	-	-	-
Fax	-	-	-	-
Abandono	4	1%	1	0%

CONTINUA ►

► CONCLUSÃO

A organização pública foi extinta ou ocorreu uma fusão com outro órgão público	4	1%	-	-
O vínculo empregatício da pessoa não faz parte do escopo da pesquisa (terceirizado, por exemplo)	-	-	-	-
A pessoa não sabe dizer ou não respondeu quem é o respondente mais familiarizado com o uso das tecnologias de informação e comunicação no órgão público ou prefeitura	7	1%	5	0%
A pessoa não sabe dizer ou não respondeu quem é o respondente mais familiarizado com os conteúdos digitais no órgão público ou prefeitura	-	-	-	-
A pessoa trabalha em empresa privada terceirizada e não sabe indicar respondente do órgão público ou prefeitura	-	-	-	-
Órgão público vacante	1	0%	-	-
A pessoa não autorizou o uso e o tratamento dos dados coletados	-	-	2	0%
Nunca ligar	-	-	15	0%
Recusa	27	3%	167	3%

Resultado da coleta

ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS

No total foram entrevistados 580 órgãos, alcançando 75% de taxa de resposta. A Tabela 4 apresenta a taxa de resposta de órgãos públicos federais e estaduais.

TABELA 4

TAXA DE RESPOSTA, SEGUNDO ESTRATOS DE ÓRGÃOS PÚBLICOS FEDERAIS E ESTADUAIS

Estratos de órgãos públicos federais e estaduais	Taxa de resposta
Censo da esfera federal e dos poderes Legislativo, Judiciário e Ministério Público Estadual	72%
Censo das secretarias estaduais de Educação, Saúde, Fazenda/Finanças e Defensorias Públicas	82%
Amostra Executivo Estadual - Norte e Centro-Oeste (Administração direta)	79%
Amostra Executivo Estadual - Norte e Centro-Oeste (Administração indireta)	84%
Amostra Executivo Estadual - Nordeste e Sudeste (Administração direta)	70%

CONTINUA ►

► CONCLUSÃO

Amostra Executivo Estadual - Nordeste e Sudeste (Administração indireta)	73%
Amostra Executivo Estadual - Sul (Administração direta)	71%
Amostra Executivo Estadual - Sul (Administração indireta)	76%
Total	75%

PREFEITURAS

No total foram entrevistadas 3.543 prefeituras, alcançando 64% de taxa de resposta. A Tabela 5 apresenta a taxa de resposta de acordo com a região e o porte do município.

TABELA 5

TAXA DE RESPOSTA DE PREFEITURAS, SEGUNDO REGIÃO E PORTE DO MUNICÍPIO

Prefeituras		Taxa de resposta
Região	Norte	51%
	Nordeste	42%
	Sudeste	74%
	Sul	85%
	Centro-Oeste	68%
Porte	Até 10 mil habitantes	68%
	Mais de 10 mil até 100 mil habitantes	59%
	Mais de 100 mil até 500 mil habitantes	66%
	Mais de 500 mil habitantes	81%
Total		64%

